

# O ESPAÇO VIVIDO DAS FAMÍLIAS DA OCUPAÇÃO DO CÓRREGO SEM-DÚVIDA – LONDRINA/PARANÁ

THE LIVING SPACE OF FAMILIES IN THE CÓRREGO SEM-DÚVIDA OCCUPATION – LONDRINA/PARANÁ

Ideni Terezinha Antonello<sup>1</sup>  
Agda Natalia Davi<sup>2</sup>

## Introdução

O crescimento acelerado das cidades brasileiras, junto com a necessidade de ordenamento do solo urbano, configura-se como grandes desafios dos municípios, além de ser uma das principais causas da deterioração do meio ambiente. O rápido crescimento da população urbana, problemas de concentração de terras e a não aplicabilidade de políticas públicas que busquem atender essa demanda, faz com que uma parte da população brasileira se submeta a condições extremas para sobreviver, como as que constituem as ocupações irregulares em Londrina/PR. Cabe destacar que a terminologia ocupação irregular é utilizada pela COHAB-LD – Companhia de Habitação de Londrina-PR, sendo que corresponde as favelas ou aglomerados subnormais como utilizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), sendo assim, a presente pesquisa fez a opção de manter a designação municipal para expressar a realidade foco da investigação.

Pode-se evidenciar o crescimento demográfico urbano brasileiro, registrado a partir do século XX, uma vez que cerca de 84% da população total concentrava-se no espaço urbano no ano 2021 (IBGE, 2022). A elevada intensificação do processo de urbanização não vem acontecendo somente nas grandes cidades, mas incluindo as pequenas cidades, conforme Brilhante (2000) esse processo de urbanização acelerado acarreta um grave vetor de problemas ambientais e sociais, pois além das mudanças e impactos causados ao meio ambiente, comprometem a qualidade de vida dos moradores, atingindo de maneira mais intensa a população que se encontra em maior nível de vulnerabilidade social (BARROS et al., 2003).

---

<sup>1</sup> Prof.ª Dr.ª Associada do Curso de Graduação e Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6147-4731>. E-mail: [antonello@uel.br](mailto:antonello@uel.br).

<sup>2</sup> Técnica em Gestão Ambiental – UNOPAR/Londrina. Bacharelado em Geografia na Universidade Estadual de Londrina. E-mail: [agda.natalia.davi@uel.br](mailto:agda.natalia.davi@uel.br).

De acordo com Guerra e Cunha (2012) devido ao fato de a valorização imobiliária estar ligada a fragilidade ambiental dos terrenos, apenas a população com melhor poder aquisitivo tem acesso a áreas com melhor infraestrutura, localização e segurança. Segundo Correa (2000), os grupos sociais excluídos ocupam áreas que não tem interesse ao capital imobiliário, como antigos bairros abandonados pela elite, áreas de várzea, encostas íngremes de morro e áreas distantes sem infraestrutura, gerando desta forma ocupações irregulares, isto é, a informalidade das ocupações em áreas periféricas, fruto de um ordenamento do território assetado em uma lógica segregacionista do espaço urbano (ROLNIK, 2014).

Nesse contexto, sobressai-se o déficit habitacional no Brasil, que já era elevado, aumentou em mais de 220 mil imóveis, entre os anos de 2015 e 2017, tal fato está ligado a variáveis como: inadequação das moradias (famílias que acabam dividindo a mesma casa, morando em ocupações ou favelas) pelo ônus excessivo do aluguel no orçamento das famílias. Essa realidade é constatada pelo levantamento realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 2019, que identificou que o déficit habitacional teve um aumento de 7%, em dez anos, vinculado as questões como a redução do crédito para financiamento de imóveis, alta no desemprego e a queda da renda das famílias. As famílias querem ter a casa própria, ou ao menos conseguir pagar um aluguel, mas nos últimos anos essa necessidade fica comprometida e distante de uma parcela significativa da população. Uma vez que os interesses do capital imobiliário sobressaem e interferem diretamente na diretriz da política pública habitacional brasileira, como constata Marques e Antonello:

This price structure directly interferes in the Brazilian public housing policy, which does not assume social interest, but valorizes the market logic, imposing the dynamics of territorial exclusion, both for those who have access to this policy and for those who are relegated to the right to housing. (2021, p.3)

A realidade da desigualdade de acesso à cidade expressa no déficit habitacional remete ao crescimento das ocupações informais (favelas), as quais são obscurecidas e negligenciadas pelo poder público, mas que ganha relevo e maior visibilidade na conjuntura contemporânea, que perpassa pandêmica do Covid 19, já que:

[...] o empobrecimento brutal da população está diminuindo sua capacidade de comprar comida. Em agosto de 2020, 9,5 milhões de brasileiros estavam em situação de pobreza. Em fevereiro de 2021 o número é de 27,2 milhões. Entre janeiro e fevereiro 68% dos moradores das favelas não tinham dinheiro para comprar comida em pelo menos um dia nos quinze que antecederam a pesquisa. (LIMA, 2021, s/p)

Essa situação adentra na questão que o estoque de domicílios existentes apresenta graves condições de precariedade (falta de habitabilidade), sendo que os domicílios em áreas de ocupação informal vêm aumentando consideravelmente conforme a desigualdade social se torna cada vez mais visível. Por conseguinte, se observa que a Lei não está sendo cumprida, pois, em 1996, a Constituição Nacional incluiu o direito à moradia como um dos direitos sociais, do ponto de vista das responsabilidades governamentais.

Compete salientar que com a descentralização operada pela constituição de 1988, os municípios efetivamente passaram a ter um papel estratégico no desenvolvimento de ações mais consistentes na área da habitação, lembrando que o problema habitacional não se resolve apenas com o financiamento e com os subsídios, embora estes sejam elementos fundamentais, é necessário tratar adequadamente o problema do acesso à terra e do controle sobre os processos de valorização fundiária. Nesse sentido, o Estatuto da Cidade (Lei 10.257 de 10 de julho de 2001), detalha os princípios constitucionais sobre a política urbana, criando instrumentos que permitem aos governos locais atuar de forma muito mais eficaz na questão habitacional visando o cumprimento da função social da propriedade urbana.

No entanto, são poucas as administrações que efetivamente estão atuando nesse campo, o que tem se refletido no aumento do preço da terra nas áreas urbanas, tornando inviável, ou dificultando a provisão de unidades para a população de baixa renda. Ganha relevância a existência de instituições como a COHAB-LD – Companhia de Habitação de Londrina-PR – que tem como objetivo, a construção de conjuntos habitacionais de interesse social, proporcionado o acesso a unidade habitacional para famílias de baixa renda, mediante a política pública habitacional federal o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), atualmente designada Minha Casa Verde e Amarelo. Esse Programa tem como alvo minimizar o déficit habitacional, portanto as ocupações irregulares (favelas).

De maio de 2009 (início do PMCMV) a julho de 2019, o programa realizou um contrato para construção de 5,7 milhões de unidades habitacionais, 4,3 milhões de unidades foram entregues e 222 mil unidades ainda estão em fase de construção, no território nacional. O programa não conseguiu reduzir o déficit habitacional no Brasil, segundo relatório técnico da FGV (2019) o programa ajudou várias famílias que se submetiam a morar em moradias informais e precárias, mas não conteve a alta no número de famílias que gastam com aluguel. As famílias que mais sofrem, são as que sobrevivem com menos de um salário-mínimo por mês (valor menor a R\$ 998, em 2019) ou entre um e três salários (valor entre R\$998 e R\$2.994, em 2019). Representando 91,7% do déficit total de moradias e 100% entre os que pagam um valor excessivo de aluguel ou vivem em ocupações, sendo um dos agravantes nesse déficit habitacional, o desemprego ou subemprego que vem aumentando de maneira considerável em todo território nacional.

---

As cidades mostram de forma eloquente as desigualdades, além das precárias condições de vida da população pobre. Sempre sendo insuficiente os mecanismos formais, ou da “cidade formal” de acesso à terra e a moradia digna, tanto pelas políticas públicas ou via do mercado imobiliário, na qual só atende parte das necessidades da população e usualmente por meio de soluções habitacionais de baixa qualidade. Com isso, o acesso a habitação só se viabiliza por meio de processos de ocupações de terrenos e da autoconstrução da moradia, que gera ocupações insalubres, normalmente em áreas de risco ambiental. Segundo Maricato (1996) as cidades formais são aquelas que respondem aos regulamentos e que com isso, correspondem a uma determinada organização. Nas cidades informais, a urbanização e o parcelamento do solo são descontrolados, não seguem as normas estabelecidas, já que são frutos da segregação socioeconômica e espacial urbana.

Embora a pobreza e a desigualdade social sejam fatores fundamentais para o surgimento e agravamento da crise de moradias, conseqüentemente das ocupações irregulares, entende-se que dinâmica habitacional também está atrelada ao processo de insuficiência da oferta de moradias novas pelos setores formais, isto é – setor público mediante políticas públicas de interesse social. A partir de considerações realizadas por Santos (2000), Castelles (2000), Sposito (1999), Carlos (2013) e Côrrea (2000) entende-se que a cidade é o espaço marcado pelas contradições socioeconômicas, que se expressa se reproduzem constantemente no ritmo das divisões sociais e territorial do trabalho.

Para Côrrea (2000), a cidade se mostra fragmentada e, ao mesmo tempo, articulada, sendo uma condicionante social e um local onde as classes sociais e seus conflitos se reproduzem. Mas quem são esses sujeitos que vão morar em situações precárias, sem asfalto, saneamento básico, afastados dos centros urbanos, senão aqueles mais carentes que, sem condições de financiar uma casa ou até mesmo pagar aluguel, se subjugam em morar nesses locais. As ocupações irregulares, que são caracterizadas como ocupação informal do solo, público ou privado, frequentemente com tipologia desordenada e com padrões urbanísticos inferiores aos mínimos exigidos pela legislação, na qual se tornaram um problema social, trazendo sérios reflexos nas áreas ambientais e urbanísticas, além de graves conseqüências relacionadas à segurança pública.

As ocupações irregulares, por serem contrárias de observância – observados requisitos mínimos urbanísticos, sociais, ambientais e econômicos – se trata de um tipo de moradia desqualificada, incapaz de ser exercida de forma plena e digna. Sendo de fácil entendimento que a população com menor poder aquisitivo acaba se estabelecendo em áreas de menor valorização econômica, e muitos desses terrenos costumam estar localizados em áreas relevantes do ponto de vista ambiental, ou até em áreas caracterizadas como de risco geológico. A ação humana relacionada a ocupação desordenada tem como resultado indesejável o desequilíbrio do

ecossistema, áreas caracterizadas pela presença de acentuado valor ambiental (APP - Área de Preservação Permanente, Reserva Legal) são usualmente alvos de ocupações irregulares, que causam degradação ambiental grave. As inegáveis sequelas ambientais decorrentes das ocupações desordenadas, não correspondem a lógica de planejamento urbano – que visa a qualidade de vida da população – e abre espaço para ocorrência de graves prejuízos urbanísticos. Sem uma sustentabilidade na ocupação do solo, devido à ausência de implementação de uma infraestrutura básica como saneamento básico, calçamento, conexão com meios de transporte, entre outros, a comunidade fica restrita a informalidade e baixa qualidade de vida.

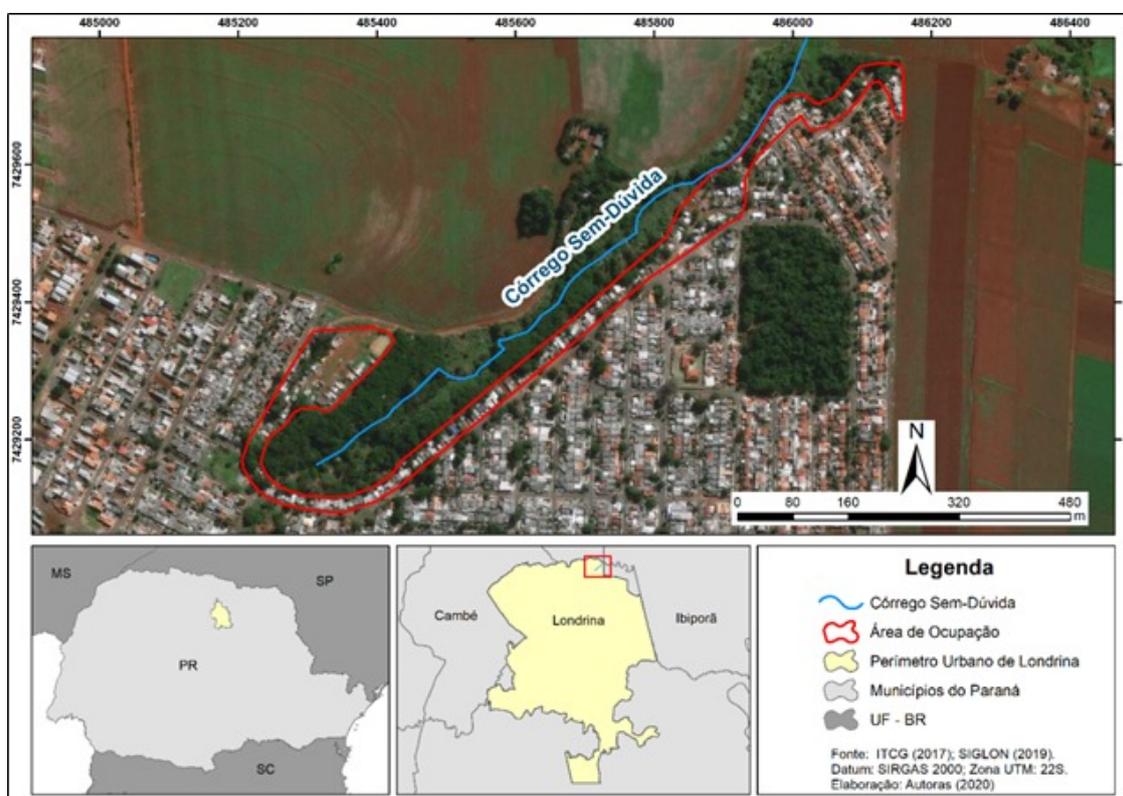
Dessa forma, as pessoas residentes em ocupações irregulares, sofrem com a negligência de uma adequada prestação de serviços públicos básicos e ficam à mercê da perspectiva de mudança social, passando a viver a margem da cidade formal. A intensificação da dualidade entre cidade formal e cidade informal tem sido uma constante na estrutura das cidades brasileiras (MARICATO, 1996). O ritmo do crescimento das ocupações irregulares nas periferias das grandes cidades é mais intenso que a taxa média de urbanização do país, as grandes cidades crescem sobretudo nas periferias, o que vem reforçando a função estrutural da informalidade na composição do espaço urbano. Nesse contexto de carência urbanística e social, observa-se o agravamento dos problemas urbanos como: violência, degradação ambiental e social, sendo possível perceber as decorrências advindas da fragilidade das políticas públicas habitacionais e de um planejamento urbano que enfrente diretamente essa problemática, o que torna cada vez mais necessário o desenvolvimento sustentável das cidades atingindo funções socioambientais.

Tendo em vista a necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre essas áreas de risco, o objetivo da presente pesquisa foi realizar estudos de vulnerabilidade socioeconômico, além de mostrar por meio da técnica da História Oral, a realidade desses atores sociais que residem na ocupação do córrego Sem-Dúvida. A ocupação se encontra na Zona Norte da cidade de Londrina, na rua Ana Caputo Piancentini, parte integrante do fundo de vale da microbacia do córrego Sem-Dúvida, afluente do ribeirão Jacutinga, abrange uma área de preservação permanente no fundo de vale do conjunto habitacional Jardim Aquiles Stenghel (Figura 1). A área teve sua ocupação inicial no ano de 1996, com 84 famílias oriundas do C.H Cinco Conjuntos, na Zona Norte da cidade de Londrina-PR, que por falta de recursos financeiros, decidiram ocupar a área do Córrego, com o passar do tempo, outras famílias, vieram a se instalar no local.

Após sete anos sem nenhuma interferência de órgãos responsáveis, em 2003, passou a existir uma perspectiva a este grupo quando, em parceria com a COHAB-LD, foi implantado dois programas habitacionais próximo do referido fundo de vale. O Programa de Subsídio à Habitação Social (PSH), um programa do governo Federal, assinado com a Caixa Econômica, que atuou de 2003 a 2005, e o Programa

Habitat Brasil (PHB), em parceria com o Banco de Desenvolvimento Interamericano (BIP), atuação de ambos beneficiou um total de 122 famílias, que foram realocadas para o Conjunto habitacional Primavera I e II. Os dois Programas (PSH, PHB/BIP) tiveram seu fim com o passar dos anos, sendo atualmente a COHAB-LD o órgão responsável pelo cadastro e distribuição de unidades habitacionais para as famílias carentes. Após remanejamento das famílias para área regular, o fundo de vale do Córrego Sem-Dúvida passou por uma revitalização, onde foi construído um campo de lazer, para a população dos bairros do entorno. Mas, em 2015, a área foi ocupada novamente, abarcando a extensão da rua Ana Caputo Piacentini, bem como a ocupação da área do campo – recorte geográfico central da presente pesquisa.

Nesse contexto de abandono do poder público, mediante a falta de políticas públicas que atendam a demanda habitacional, é necessário o estudo e levantamento dessas ocupações irregulares, para que, além de expor a realidade dessas famílias – tanto pela questão social como a ambiental – se possa demonstrar o descaso e desamparo que essas famílias sofrem, apesar das responsabilidades previstas em Leis. Essa investigação tem como foco de análise as fragilidades e necessidades dos indivíduos que fazem parte da ocupação irregular, com o escopo de contribuir para a elaboração de políticas de intervenção no território, tendo como princípio o direito à cidade, visando uma cidade incluyente.



Fonte: ITCG (2017); SIGLON (2019). Elaboração: As autoras.

**Figura 1.** Área de ocupação irregular Córrego Sem-Dúvida – Londrina-PR.

Os procedimentos metodológicos da investigação foram: (i) elaboração de um arcabouço teórico-metodológico sobre a temática; (ii) levantamento de dados junto: COHB-LD (Companhia de Habitação de Londrina); IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e outras fontes; (iii) pesquisa in loco, a qual se utilizou de duas técnicas de pesquisa, a saber: a) realização do levantamento socioeconômico das famílias (20) da ocupação do campo; b) técnica de História Oral de Vida, na qual o emprego da história implica, antes de mais nada, a adoção de técnicas qualitativas de pesquisa. A História Oral, como metodologia de pesquisa, se ocupa em conhecer e aprofundar conhecimentos sobre determinada realidade, padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, obtidos por meio de conversas com pessoas – relatos orais – que, ao descreverem suas lembranças pessoais, constroem uma visão mais concreta da dinâmica de funcionamento e das várias etapas da trajetória do grupo social ao qual pertencem, ponderando esses fatos pela sua importância em suas vidas. Nas palavras de Ferrarotti (1993, p.183):

[...] cada vida individual, todas las vidas individuales, son documentos de una humanidad más amplia con sus discontinuidades históricas. El hilo que une estos mosaicos biográficos, singulares o colectivos, en sus diferentes perspectivas, es la articulación del tiempo recogida en su doble aspecto de experiencia individual y colectiva, de los momentos que se integran recíprocamente.

O que possibilita que indivíduos pertencentes a segmentos sociais, geralmente excluídos, possam ser ouvidos e terem registrado suas próprias visões de mundo, que refletem aquela do grupo social a que pertencem. Dessa forma, Thompsom (1981, p. 337) afirma “A história oral devolve a história as pessoas em suas próprias palavras. E ao lhes das um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas.”

O relato ganha importância especial quando consideramos que as classes hegemônicas da sociedade têm na escrita o ser marco essencial, o seu suporte para contar sua história, e que a classe não-hegemônica, não dispõe das mesmas condições para desenvolver o dom da escrita e contar sobre sua vida. Além da aplicação da História Oral, foi realizado o levantamento socioeconômico do recorte do campo, com as famílias que participaram da aplicação da história oral, é importante além de trazer e expor esses relatos, mostrar de forma real as dificuldades econômicas que essas famílias vivem, expor que estão ali por falta de condições, vinda de uma sociedade capitalista que visa o lucro e não o bem estar de todos os indivíduos, onde as oportunidades são reais para quem possuem condições financeiras, já os que não são pertencentes dessas são subjugados e invisibilizados perante a sociedade.

## O espaço vivido: ocupação do Córrego Sem-Dúvida

Para adentrar na realidade do espaço vivido da ocupação foco da pesquisa, cabe considerar que no decorrer de sua história, Londrina cresce continuamente, tendo um processo de urbanização de acelerado, passando de 134.821 habitantes, em 1960, que concentrava 57,40% na cidade, para 447.065, em 2000, sendo que 96,94% estavam localizadas no espaço urbano, já em 2010, contava com um total de 506.701 habitantes com 493.520 habitantes (97,4%) residindo no espaço urbano e 13.181(2,6%) habitantes encontravam-se no espaço rural. Segundo estimativa chegou a 575.377 pessoas em 2020, (IBGE, 2022). Essa dinâmica urbana é acompanhada pelos problemas de acesso a uma habitação, pois a instalação dos Conjuntos Habitacionais, não foram suficientes para amenizar o problema habitacional, principalmente para a população mais pobre, fomentando o surgimento das ocupações irregulares (favelas). Bortolotti (2007, p. 119) declara:

Desde o período da fundação de Londrina, o déficit habitacional aumentou ano após ano. Num primeiro momento, muitas famílias que chegavam de ônibus e caminhões improvisados, popularmente chamados de “pau-de-arara”, não tinham onde se fixar. Nos anos de 1970, a crise se agravou com o surgimento de nove favelas ocupando os fundos de vale e áreas vizinhas. A maior parte da população era composta por crianças, 61% do total de moradores. A média do número de integrantes por família era de 5,6 pessoas, e 66,33% das famílias tinham renda menor que um salário-mínimo.

Essa realidade passou a figurar na preocupação do poder local, pois foram concretizados em Londrina conjuntos habitacionais, com início das atividades, na década de 1970, da COHAB-LD construídos, com recursos federais. Contudo, a política pública habitacional vinculada ao ente federal, não conseguiu atender a forte demanda por moradia, principalmente da população de baixo poder aquisitivo, tendo em vista, o ordenamento do território assentado em um desenvolvimento geograficamente desigual próprio do modo de produção capitalista, que comanda a produção do espaço urbano mediante a concentração da estrutura fundiária e do poder político, econômico nas mãos de uma elite que assume as diretrizes desta matriz. Que remete a premissa de Villaça (2011, p. 37) que “[...] nenhum aspecto da sociedade brasileira poderá ser jamais explicado /compreendido se não for considerada a enorme desigualdade econômica e de poder político que ocorre em nossa sociedade”.

Nesse contexto, a segregação urbana em Londrina fica em evidência ao se constatar a existência de 68 ocupações (favelas), com 3.890 famílias, sendo que 107 famílias se localizam no espaço rural, totalizando 3.997 (COHAB-LD, 2017). Em

relação a demanda habitacional geral, eram 57.492 famílias na lista de espera do cadastro da COHAB-LD, em 2018. Tal fato remete a conclusão do estudo realizado por Marques e Antonello (2018, p. 43) sobre a coerência entre o Estatuto da Cidade (2001) e o Plano diretor municipal de Londrina ao afirmarem que: “[...] percebemos que o grau de coerência entre as leis se enfraquece à medida que o PDPML não incorpora estratégias concretas para promover o acesso à moradia e à terra urbanizada e principalmente bem localizada para a população que necessita”.

Em relação a ocupação do Córrego Sem-Dúvida encontrava-se com aproximadamente 200 famílias no entorno do Córrego e mais 18 famílias localizadas na última ocupação realizada no campo de futebol, em 2017 (Figura 2), que foi construído na revitalização de 2014, totalizando assim, aproximadamente 218 famílias vivendo no fundo de vale do Córrego Sem-Dúvida.



Fonte: Trabalho de campo (2019). Fotografias: As autoras.

**Figura 2.** Áreas de ocupação no Córrego Sem-Dúvida.

Por se tratar de uma ocupação em fundo de vale e em APP – As áreas de preservação permanente são áreas que se caracterizam pela proteção que recebem segundo o artigo 3º, inciso II da Lei Federal nº 12651/12. Tal dispositivo reconhece que podem ou não estar cobertas por vegetação nativa e tem “[...] função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas” (LEI FEDERAL, 2012). Nesse sentido, a referida ocupação não é passível de regularização fundiária, o local não possui rede de esgoto e as casas que se encontram na antiga área de revitalização possuem fossa simples, sendo assim suscetível a contaminação dos lençóis freáticos, por se tratar de um córrego que possui várias nascentes (Figura 3). Já as casas que fazem divisa com a rua Ana Caputo, pelo declive do terreno, não possuem as fossas, assim todo o rejeito sanitário vai para o curso d’água, fato preocupante, tendo em vista a crise hídrica e a contaminação da hidrografia urbana (ALMEIDA, 2010). Em relação a energia elétrica e água potável, ambos são realizados por meio de acesso clandestino.

Por se tratar de uma ocupação na qual fica em frente a um bairro (C. H. Maria Cecilia) a questão da coleta de lixo não é um problema, os moradores acabam juntando o lixo com os das residências do bairro ou ateando fogo nos fundos de suas casas, neste último aspecto se torna um problema de poluição urbana. No entorno possui escolas – municipal e estadual – mas não são todas as crianças da ocupação que frequentam, sendo que 13,1% dessas crianças se encontram fora da escola (COHAB, 2017), os moradores têm acesso a posto de saúde, mercado e transporte público, apesar de estarem à inseridos na cidade informal, os aparatos básicos são distribuídos no bairro formal vizinho a ocupação.



Fonte: Trabalho de campo (2019). Fotografias: As autoras.

**Figura 3.** Nascentes do Córrego Sem- Dúvida.

A estrutura das casas é bem diversificada, são desde barracos improvisados com madeira a casas de alvenaria (Figura 4), as casas mais antigas possuem TV a cabo, portão e até numeração (numeração feita pelos próprios moradores para identificar as casas). Observa-se a fiação da ligação clandestina na energia, pessoas que construíram suas casas com ajuda de familiares. Conforme Oliveira; Davi e Antonello (2020, p.4) a autoconstrução nas ocupações expressa o saber popular, o qual é exercitado no espaço vivido na luta pela sobrevivência, já que “Os homens e mulheres sem conhecimento técnico e científico do campo da arquitetura e engenharia conseguem construir suas próprias moradias”.



Fonte: Trabalho de campo (2019). Fotografias: As autoras.

**Figura 4.** Tipos de construções da Ocupação.

Quando se pensa em ocupação irregular, normalmente vem à cabeça apenas as casas de madeira mal construída e levantadas com todo tipo de material reutilizável, mas, essa realidade é mutante, vinculada as condições que dos atores sociais disponibilizam ou obtém mediante a rede de solidariedade. Na ocupação do Córrego Sem-Dúvida encontramos as duas realidades, mas, o que mais predomina são as casas de alvenaria que já possuem numeração, que são cercadas, possuem seus jardins e suas hortas, possuem acesso a TV a cabo (geralmente esses ocorrem de forma clandestina) e, existem os que transformaram a frente de sua casa em seu próprio negócio. Essas casas mais estruturadas são as mais antigas da ocupação, remanescentes da segunda ocupação de 2015.

Mas na realidade, pelo fato de a ocupação estar mais estruturada, os moradores têm a esperança de que o local possa ser regularizado, não sendo o caso da Ocupação do Córrego, principalmente, por se tratar de uma área de preservação permanente. A COHAB-LD não possui planos de retirada desses moradores para um local regular (conjunto habitacional), muito menos um projeto

de regularização fundiária. Ao realizar os trabalhos de campo in loco, para explicar a técnica de pesquisa (história oral) mediante a realização de entrevistas (as entrevistas realizadas seguiram o princípio da ética em pesquisa, perante autorização do entrevistado, que permitiu a utilização do seu primeiro nome), verificou-se junto aos moradores que, estão há mais de seis anos esperando um retorno da COHAB-LD, sempre indo atualizar o cadastro a cada seis meses, mas ainda sem perspectiva de serem contemplados. Em entrevista com o morador Paulo, sobre o cadastro e retorno da COHAB, ele nos relatou:

Tô tentando a dezessete anos, aí de seis em seis meses eu volto lá para renovar, mas até agora não tive retorno, eles falam que na hora que aparecer, eles entram em contato. O Cadastro tá no meu nome, mas a dos meus filhos e esposa também tá lá. (Informação verbal, 5 de fevereiro de 2020).

Sem perspectiva e falta de retorno pela COHAB-LD, esses indivíduos veem como única solução, procurar moradia em ocupações irregulares. De acordo com morador Paulo, antes de vir a morar na ocupação do Córrego Sem-Dúvida, vivia na ocupação do São Jorge, onde sua mãe conseguiu um terreno ao lado de sua casa para que ele fosse morar com sua família, mas teve que sair de lá após uma discussão familiar. Assim, conseguiu uma moradia de favor na mesma localidade, mas como o proprietário precisou do imóvel, após dois anos, sem alternativa, vieram para ocupação do Córrego Sem-Dúvida, indicado pelo primo dele que vive nela. Além da COHAB-LD, que realiza os cadastros e deveriam realizar o acompanhamento desses moradores, o outro recurso que esses indivíduos procuram é o CRAS do território, onde são auxiliados pelas Assistentes Sociais da instituição.

Observou-se no estudo de campo (pesquisa empírica) a dificuldade do sistema de assistência social do município, em definir qual território de atuação inserir as famílias da ocupação, pois a Ocupação do Córrego Sem-Dúvida compreende a extensão da Rua Ana Caputo Piacentini, esta rua percorre os conjuntos Habitacionais Maria Cecília Serrano de Oliveira, Engenheiro Luiz de Sá, Engenheiro Aquiles Stenghel e Jardim Primavera, assim, a dificuldade do CRAS – NORTE B – é grande para identificar quem eles atendem. A ocupação do Córrego é tratada como extensão do Conjunto Habitacional Maria Cecília Serrano, e os moradores da ocupação são cadastrados como pertencentes desse Conjunto Habitacional. Em uma das visitas realizadas ao CRAS, a Assistente Social, em uma das conversar sobre essa dificuldade de saber quem eles estão atendendo e a falta desse controle em relação ao bairro e a ocupação, ela relata:

O pessoal vem aqui buscar algum serviço, e para não falar que moram na ocupação da Ana Caputo, eles falam que é do bairro atravessando a rua né, ali no Maria Cecília, daí cadastramos eles como se fossem do bairro mesmo. Como que para alguns serviços não precisa mais comprovar endereço, não temos o controle da onde são mesmo, sendo que o pessoal da ocupação não tem nem como comprovar que moram em uma casa né. (Informação verbal, 5 de março de 2020).

É clara a dificuldade de controle dessas famílias que vivem na ocupação, a não realização de um levantamento e acompanhamento contínuo faz com que esses indivíduos fiquem cada vez mais na informalidade e à mercê da própria sorte, além de dificultar o trabalho do CRAS na prestação adequada dos serviços. Já em relação ao perfil socioeconômico da população, segundo levantamento, é de baixa renda com vários indicativos de vulnerabilidade social. Características que é comum as demais áreas de ocupação irregular no município de Londrina. São indivíduos que sua maioria, recebem auxílio do bolsa família, sendo aproximadamente 51,4% das famílias, 23,6% não possuem renda, 45,3% das famílias recebem de 1 a 2 salários-mínimos, sendo a renda média das famílias da ocupação em torno de R\$ 941,30. Dos indivíduos da ocupação, aproximadamente 10,6% possuem trabalho informal, 4,1% são aposentados, 27,8% não trabalham e 24,3% são estudantes bolsistas. Lembrando que são dados aproximados, realizados no último levantamento feito pela COHAB-LD (2017) sobre a renda dos moradores da ocupação.

Em conversa com o morador Paulo, perguntei quantas pessoas moram na casa e quantas contribuem com a renda familiar, ele relatou que:

Mora aqui na casa eu, minha esposa, três filhos e um neto. Um filho de dezessete anos, faz dezessete agora dia 25 de março, um de oito anos e uma menina de vinte. Era pra ter outra moça de dezoito anos, mas faleceu com dez dias de nascido. E só eu que trabalho, aí por causa do problema de saúde do meu moleque, que tem problema no coração, aí o médico encostou. Ele recebe, mas como ela é responsável o benefício 'tá' no nome dela (esposa). Trabalho de campo (Informação verbal, 5 de fevereiro de 2020).

O morador Paulo sai de sua casa às 4 horas da manhã para pegar a condução e ir ao trabalho e chega no final da tarde, sustenta sozinho a família, recebendo pouco mais que um salário-mínimo; o auxílio-doença do filho é usado na compra de medicamentos e demais necessidades. São indivíduos que se aglomeram dentro de um “barraco” pequeno, ali dividem três cômodos,

apertados e sem estrutura, a exemplo o morador Paulo, sendo o único a ter um trabalho formal, realidade que não é diferente das demais famílias da ocupação, que em alguns casos a única renda que possuem é do auxílio do Bolsa Família, valor que não consegue garantir a comida no prato durante todo o mês.

Em conversa com a Assistente Social, Ihe foi perguntado sobre quais os serviços mais solicitados pelos moradores da ocupação, colocou:

Os que eu sei mesmo que são da Ocupação, vem pedir ajuda com condução para ir em consulta médica no centro, que já estão esperando a tempo sabe. O pessoal é bem simples, as vezes vem tirar dúvida de como chegar no banco e tirar alguma dúvida com funcionário la, o pessoal do banco trata com muita má vontade esse pessoal, alguns cadastros do bolsa família, cesta básica e só. (Informação verbal, 5 de março de 2020).

Vale ressaltar que, o CRAS é uma unidade de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. O CRAS auxilia os moradores com o cadastro do Bolsa Família, no qual são beneficiados aproximadamente 51,4% das famílias da ocupação e Benefício de Prestação Continuada (BPC), com aproximadamente 4,7% das famílias da ocupação beneficiadas (COHAB, 2017).

Como citado anteriormente, a segunda ocupação do Córrego Sem-Dúvida, iniciou após a revitalização da área em 2014, onde deveria ser o Campo de Futebol do fundo de vale. De acordo com o Morador Paulo, foi perguntado a quanto tempo estava morando ali e a quanto tempo essa ocupação do campo já existe, ele nos relatou que:

Já fez dois anos que tô aqui, aqui no campo já tem cinco anos, quando eu mudei pra cá já tava com três anos. Tem o meu primo que mora do outro lado aqui do córrego, que é a ocupação também, ele que falou que começaram a construir uns barracos aqui. Aqui no campo tinha poucas famílias, tinha aqueles dois barraquinhos lá (aponta para o barraco ao lado do seu), o resto tava vazio. Aí tinha um rapaz construindo ali (apontou para o outro lado do campo) e eu comecei aqui, ai de repente encheu. (Informação verbal, 5 de fevereiro de 2020).

Por meio das visitas de campos, pode se notar que atualmente na segunda ocupação – campo de futebol – possui 22 casas construídas e ocupadas, uma

sendo levantada e duas a venda, sendo uma dessas a venda a casa do sujeito social que relatou a sua história de vida (morador Paulo). Quando questionamos Paulo sobre o porquê da venda da casa e por quanto estaria vendendo, de acordo com ele:

Muita gente ficou desgostosa de ficar aqui, tá abandonado. Já anunciei pra vender já, não é difícil não, muita gente precisa. Pra construir aqui foi em torno de dez mil, com madeira e tudo, cabo de alumínio, as peças, mas tô pedindo sete mil. (Informação verbal, 5 de fevereiro de 2020).

A esposa de Paulo acabou sofrendo um AVC (março/2020), e pela precariedade da casa e a necessidade de ajuda constante, ela foi levada para a casa da mãe, junto com os filhos. Sendo um dos motivos para a venda da casa e optarem em ir morar para casa de sua sogra, para a melhor recuperação da esposa. Estão a muito tempo aguardando um retorno da COHAB-LD, sem perspectiva de terem a sua casa própria, agora por questões de saúde, sua família composta por seis pessoas, vão se aglomerar na casa da mãe de sua esposa, que já moram em quatro pessoas, sobressai-se uma das variáveis do déficit habitacional brasileiro, a coabitação familiar.

A política pública habitacional não consegue suprir a demanda de pessoas que necessitam de uma moradia e querem sair dessas ocupações irregulares, ocupações essas que muitas vezes não são passíveis de regularização, como a área de estudo. Em contato com a COHAB-LD para tentar obter um posicionamento sobre as ocupações da Zona Norte, foi informado que não possui nenhum responsável atuando nesta área no momento, contudo, salientou que a demanda é grande e que o processo é demorado para que as famílias sejam beneficiadas, e que não poderia passar mais nenhuma informação específica, pois, todos os cadastros estão tramitando.

Tão grave quanto a localização e estrutura destas ocupações irregulares que, evidenciam o desigual acesso desta parcela da população a ambientes urbanos, seguros e salubres, é a sua invisibilidade nos dados censitários do IBGE, pois apresentam condições incompatíveis na infraestrutura urbana, e quando não são discriminados, esses locais não são representados, onde acabam escondendo as características de infraestrutura e as características socioeconômicas desses moradores. A maior parte das políticas públicas e recursos para sanar o déficit habitacional nas cidades brasileiras, provém da esfera federal, que constrói programas para identificar demandas baseando-se sobretudo nos dados do censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), como ocorre com a política nacional da habitação. A falta de delimitação destes espaços

pode comprometer os diagnósticos de vulnerabilidade urbana nas ocupações irregulares, uma vez que os índices que identificam e mensuram a vulnerabilidade urbana das ocupações são construídos principalmente com os dados e setores censitários do IBGE (CASTRO, 2018).

São pessoas esquecidas e negligenciadas pela sociedade e pelos órgãos públicos, onde muitas vezes a única assistência disponível é a do CRAS, que claramente não consegue dar conta da demanda, mas tentam supri-la da melhor forma possível. São moradores como o Paulo - há mais de seis anos apenas renovando seu cadastro na COHAB e sem obter nenhum retorno até então - que se encontra obrigado a morar em uma ocupação para conseguir dar um teto para sua família. Cabe destacar o papel de solidariedade no espaço vivido da ocupação, como por exemplo, a moradora Luciane, que se organiza para ajudar as pessoas da ocupação da melhor forma possível apesar das limitações. Em conversa com Luciane, a moradora conta um pouco a respeito do trabalho que realiza, segundo ela:

Montamos uma ONG junto com a Igreja que fica aqui atrás, na ocupação mesmo, aí ajudamos as crianças com material escolar, ajudamos com verduras e legumes pra distribuir entre as famílias que nos procura lá, fazemos festinhas pras crianças no dia das crianças, páscoa. O nome da ONG é ONG Novo Viver, tem CNPJ, tudo certinho, aí estamos agora arrumando o lugar para cuidar das crianças né, para as mães que trabalham fora. Aí ajudamos o pessoal que nos procura aqui da ocupação do córrego e um pessoal do Aquiles também. Ajudamos em torno de 30 famílias com filhos (Informação verbal, 10 de novembro de 2019).

Luciane está há cinco anos na ocupação, foi umas das primeiras casas do campo de futebol, mora com seu marido e seus três filhos, seu marido possui trabalho informal, e ela fica em casa cuidando dos filhos e ajudando na ONG. Luciane nos relatou que moravam em uma casa alugada próximo a ocupação do Córrego, mas como o marido perdeu o emprego não conseguiram continuar a pagar o aluguel, assim resolveram morar na ocupação, sendo a única saída no momento, desde então estão realizando o cadastro na COHAB-LD, mas sem retorno a quase nove anos.

Observa-se que o espaço vivido das famílias na informalidade das ocupações, é negligenciado e esquecido pelo poder público e pelo órgão responsável pela habitação. Já o CRAS trabalha e sobrevive com o mínimo de recurso que lhe é repassado, e o que se vê são pessoas como a moradora Luciane, que com o apoio de outros moradores da ocupação tentam ajudar as famílias mais vulneráveis, arrecadando alimentos, produtos de limpeza, higiene e material escolar para as crianças, para que possam distribuir entre as famílias que mais precisam.

Atualmente a ONG na qual a moradora Luciane faz parte, ajuda 30 famílias (cinco do Conjunto Habitacional Primavera I), e um total de 56 crianças, sendo que para alguns que são ajudados, a única coisa que eles têm vem da ONG ou do CRAS, essas iniciativas de solidariedade possibilitam criar a força de resistência destes territórios para se manter na luta por uma moradia digna para essas famílias.

### **Levantamento socioeconômico das famílias da ocupação da área do campo**

No início de 2021 foi possível a realização do levantamento da área ocupada do campo, por ser uma área de menor extensão na ocupação e visando a segurança de todos diante a COVID-19. Levando em conta o último levantamento realizado pela COHAB-LD em 2017 onde foi contemplado apenas as casas da extensão da rua Ana Caputo, a área do campo não possuía levantamento discriminado até então, sendo assim, os dados disponibilizados no Quadro 1, referente ao levantamento realizado no recorte espacial do Campo, área que foi criada na revitalização de 2014, e ocupada no ano de 2015/2016.

Na área do campo, encontram-se 57 indivíduos, compondo 20 famílias, onde 30% compostas por dois integrantes, 10% por seis e 5% composto por nove ou mais da mesma família. A composição do grupo, referente a distribuição por idade, é composta por 45% menores de 18 anos, 20% jovens de 18 a 24 anos e 30% idosos de 60 anos ou mais.

**Quadro 1.** Perfil socioeconômico das famílias.

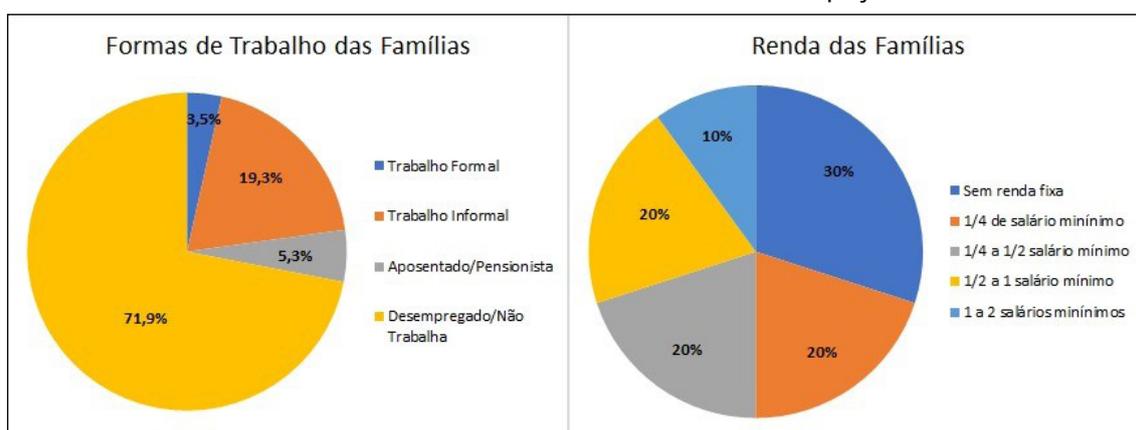
Perfil Sócio Econômico do Grupo Familiar				
<b>Total de Famílias</b>		20		
<b>Total de entrevistados</b>		57		
<b>Tamanho da Família</b>		<b>Total</b>	<b>%</b>	
1		5	25%	
2		6	30%	
3		5	25%	
4		1	5%	
5		0	0%	
6		2	10%	
7		0	0%	
8		0	0%	
9 ou mais		1	5%	
<b>Composição do Grupo (Distribuição por Idade)</b>		<b>Total</b>	<b>%</b>	
Sem menores de 18 anos		11	55%	
Com menores de 18 anos		9	45%	
Com crianças com até 4 anos		5	25%	
Com crianças de 5 a 10		3	15%	
Com crianças de 11 a 14		1	5%	
Com adolescentes de 15 a 17		1	5%	
Com jovens de 18 a 24		4	20%	
Com idosos (60 ou mais)		6	30%	
Com mulher sem dependentes		2	10%	
Com homem sem dependentes		4	20%	
Com mulher chefe da família		4	20%	
Com homem chefe da família		4	20%	
Com Casal chefe da família		3	15%	
Com casal sem dependentes		3	15%	
<b>Gênero</b>				
<b>Masculino</b>		29	50,8%	
<b>Feminino</b>		28	49,2%	
<b>Perfil das Famílias/Diversos</b>				
crianças até 2 anos		5	8,8%	
crianças de 3 a 4 anos		4	7,0%	
crianças de 5 a 10 anos		6	10,5%	
crianças de 11 a 14 anos		4	7,0%	
adolescentes de 15 a 17		4	7,0%	
jovens de 18 a 24		7	12,3%	
adultos de 25 a 59		21	36,8%	
idosos 60 ou mais		6	10,5%	
<b>Total de pessoas</b>		57	100%	
<b>Deficiente</b>				
<b>Visual</b>		0	0%	
<b>Auditivo</b>		0	0%	
<b>Mental</b>		0	0%	
<b>Físico</b>		0	0%	
<b>Múltiplo</b>		1	1,8%	
<b>Problemas de Saúde</b>				
<b>Apresenta</b>		0	0%	
<b>Não apresenta/Não informado</b>		56	98,2%	
<b>Faz tratamento</b>		1	1,8%	
<b>Não faz tratamento</b>		0	0%	
<b>Trabalho e Renda</b>				
<b>Renda Familiar Total</b>		<b>Total</b>	<b>%</b>	
Sem renda fixa		6	30%	
até 1/4 de salário mínimo		1	5%	
de 1/4 a 1/2 salário mínimo		1	5%	
de 1/2 a 1 salário mínimo		7	35%	
de 1 a 2 salários mínimos		5	25%	
de 2 a 3 salários mínimos		0	0%	
acima de 3 salários mínimos		0	0%	
<b>Trabalho</b>		<b>Total</b>	<b>%</b>	
Trabalho Formal		2	3,5%	
Trabalho Informal		11	19,3%	
Aposentado/Pensionista		3	5,3%	
Desempregado/Não Trabalha		41	71,9%	
Estudante/Bolsista		0	0,0%	
Estudante + Trabalho Formal		0	0,0%	
Estudante + Trabalho Informal		0	0,0%	
Não Informado		0	0,0%	
<b>Renda familiar per capita</b>		<b>Total</b>	<b>%</b>	
Sem renda fixa		6	30%	
até 1/4 de salário mínimo		4	20%	
de 1/4 a 1/2 salário mínimo		4	20%	
de 1/2 a 1 salário mínimo		4	20%	
de 1 a 2 salários mínimos		2	10%	
de 2 a 3 salários mínimos		0	0%	
acima de 3 salários mínimos		0	0%	
<b>Benefícios p/família</b>				
<b>Recebem BPC</b>		0	0%	
<b>Recebem Bolsa Família</b>		10	50%	
<b>Recebem PMTR</b>		0	0%	
<b>Recebem Cupom Alimentação</b>		0	0%	
<b>Auxílio Emergencial</b>		1	5%	
<b>Não recebem</b>		9	45%	
<b>Escolaridade</b>				
<b>Adultos fundamental incompleto</b>		19	33,3%	
<b>Adultos médio incompleto</b>		7	12,3%	
<b>Adultos médio completo</b>		6	10,5%	
<b>Adultos médio completo</b>		2	3,5%	
<b>Crianças matriculadas na escola</b>		13	22,8%	
<b>Adolescentes matriculados</b>		3	5,3%	

Fonte: Pesquisa de Campo (2021). Elaboração: As Autoras.

Do universo de pesquisa, 50,8% são homens, sendo que 25% desses não possuem dependentes e 25,8% são chefes de família. As mulheres correspondem a 49,2%, desse percentual 10% não possuem filhos e 39,2% são chefes de família.

O perfil geral das famílias, com 36,8% composta de adultos entre 25 a 29 anos, 10,5% crianças de 5 a 10 anos e 12,3% jovens de 18 a 24 anos. Sobre trabalho/renda das famílias (Gráfico 1), 30% não possuem renda fixa, 35% recebem de 1/4 a 1 salário-mínimo e 25% de 1 a 2 salários-mínimos; 71,9% encontram-se desempregados, 19,3% trabalham na informalidade, apenas 3,5% trabalham de maneira formal e 5,3% são aposentados/pensionistas. Em relação aos que possuem trabalho formal, foi questionado qual teria sido a maior dificuldade que encontraram para conquistar o registro em carteira, foi relatado que questão de morarem na informalidade/ ocupação, isto é, não possuírem a moradia formal, com um comprovante de residência para efetivação do contrato. Por esse motivo muitos perderam o trabalho, como estratégia utilizam o comprovante de endereço de amigos ou parentes para conseguirem a efetivação do trabalho registrado.

**Gráfico 1.** Trabalho e renda das famílias na Ocupação.



Fonte: Pesquisa de Campo (2021). Elaboração: As Autoras.

Do total das famílias, 30% não possuem renda e 50% recebem Bolsa Família, já em relação a escolaridade, 33,3% possuem o fundamental incompleto e 12,3% com ensino médio incompleto. Com o levantamento realizado, pode-se constatar que todas as crianças estão matriculadas, mas estar matriculado não garante a efetivação do aprendizado perante as dificuldades. Com a pandemia, as crianças recebem atividades de forma remota, já os que não possuem acesso, precisam que os responsáveis retirem as atividades na escola. Contudo, é possível inferir que a busca da atividade na escola, não garante o aprendizado em casa, uma vez que não possuem os devidos aparatos para uma sobrevivência digna, quem dirá um ambiente adequado para o aprendizado e ajuda dos familiares quando necessário, o quais não uma formação educacional completa que proporcione auxiliar no processo educativo dos filhos.

Por esse motivo o direito à moradia traz a efetivação de outros direitos que são essenciais, o direito a educação e uma vida digna, o direito ao trabalho, o direito a segurança, o direito a água tratada e recolhimento de esgoto adequado,

direito a uma cama e um teto, a proteção de uma casa e não a sobrevivência dentro de um barraco. Por isso a importância de que esses direitos sejam efetivados para essa parcela da população mais vulnerável.

### **Considerações finais**

Pode-se citar o papel do mercado imobiliário como um agente de exclusão socioespacial, junto com a gestão local, que acabam “empurrando” a população mais pobre para locais cada vez mais isolados e com carência de infraestrutura. A gestão local tem um papel relevante na aplicação das diretrizes previstas no Plano Diretor Municipal, o qual se constitui na principal política de desenvolvimento urbano, visando um planejamento e gestão urbanos voltados para a qualidade de vida da população e para o desenvolvimento sustentável da cidade.

Visto essa responsabilidade, é de grande necessidade que as pesquisas se voltem para temáticas socioambientais para apontar de forma sistematizada, as necessidades e as condições de existência da população, em diferentes escalas do território municipal, na perspectiva que as ações do poder público possam estar baseadas em critérios técnicos, contribuindo para que as cidades consigam ter efetivamente um desenvolvimento mais equilibrado e igualitário. Assim, defende-se uma atuação imediata de intervenção no território, pautada na realidade que vivem as famílias da ocupação (favela), agravada pela crise econômica e sanitária com a pandemia do Covid 19, considera-se as seguintes estratégias, como recomendações ao poder público:

- a) disponibilizar a Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (Lei Nº 11.888/2008) como objetivo de construir ou melhorar os domicílios precários, para amenizar o adensamento excessivo, bem como criar estratégias para inibir a poluição hídrica;
- b) determinar uma regulamentação para manter os preços dos aluguéis para a população de baixo poder aquisitivo, particularmente de situação de desemprego, com a possibilidade de implementar o aluguel social;
- c) firmar parcerias público-privada para ampliar a rede de internet nas áreas periféricas, em função do ensino remoto, uma vez que as aulas estão sendo ministradas de forma remota, e as crianças não estão conseguindo dar continuidade nos estudos, por falta de acesso a rede de internet, além de computadores (outro elemento para se pensar na doação de equipamentos para famílias em situação de vulnerabilidade social);
- d) “despejo zero”, paralisar todas as operações de reintegração de posse, principalmente em área de ocupação irregular.

Nesse contexto, torna-se fundamentais estudos detalhados dessas áreas de relevância ambiental e social, para trazer para a tela a realidade dessas famílias

e os impactos gerados perante a ineficácia do poder público, ao não aplicar os instrumentos de planejamento urbano que possam transformar essas condições precárias de habitabilidade da população que vive nas áreas informais. Não apenas expor essa realidade, mas cobrar a efetivação dos órgãos responsáveis para que se tenha um plano de ação que proporcione uma perspectiva real de mudança para essas famílias que vivem em vulnerabilidade socioambiental. Por conseguinte, o intuito desta investigação foi contribuir para se analisar o espaço vivido nas informalidades das famílias da ocupação, na luta de incluir na pauta da agenda do Estado a questão das políticas territoriais e, particularmente, caminhar para se atingir um dos objetivos propostos pela ONU “Para transformar o nosso mundo” - Agenda 2030: ODS11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis).

## Referências

- ALMEIDA, Lutiane Queiroz de. **Vulnerabilidades socioambientais de rios urbanos:** bacia hidrográfica do rio Maranguapinho, região metropolitana de Fortaleza, Ceará. (Tese de doutorado). Universidade Estadual Paulista – UNESP, Rio Claro, 2010.
- BARROS, M.V.F.; SCOMPARIM, A.; KISHI, C. S.; CAVAGLIONE, J. H.; ARANTES, M.R.L.; NAKASHIMA, S. Y.; REIS, T. E. S. Identificação das Ocupações Irregulares nos Fundos de Vale da Cidade de Londrina/PR por Meio de Imagem Landsat7. **Revista RA'E GA**, Curitiba, 7, 47-54, 2003.
- BORTOLOTTI, João Baptista. **Planejar é preciso:** Memórias do Planejamento de Londrina. Editora Midiograf: Londrina, 2007.
- BRILHANTE, O. M. Environmental Management in Middle and Small Cities in Latin America. In: **International Conference on water and sanitation**. Medelin, 2000.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- CASTRO, Letícia de. **Invisibilidade das favelas de Londrina nos dados censitários do IBGE:** implicações nos diagnósticos urbanos de vulnerabilidade. (Dissertação de Mestrado). Departamento de Geociências, Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2018.
- CARLOS, A. F. A. A prática espacial urbana como segregação e o direito à cidade como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Iobato; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs). **A cidade contemporânea: A segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.
- COHAB-LD – **Companhia de Habitação de Londrina**. Disponível em: <<http://www2.londrina.pr.gov.br/cohab>>. Acesso em: 10 de out. de 2018.
- CORRÊA, R. L. Rede urbana e formação espacial – uma reflexão considerando o Brasil. **Revista Território**, v. 8, p.102-121. Rio de Janeiro, 2000.
- FERRAROTTI, Franco. Industrialización e Historias de Vida. **Revista Historia y Fuente Oral**, v.9, p.110-131. Barcelona, 1993.

- FUNDAÇÃO GETÚLIO VAGAS. **Déficit habitacional é problema comum a toda as regiões**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13227?show=full>>. Acesso em: 20 de nov. de 2019.
- GUERRA, A.J.T.; CUNHA, S.B. **Impactos Ambientais Urbanos no Brasil**. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censos Demográficos**. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em 15 de jan. 2022.
- LIMA, T. (2021). **Fome Coletiva, Pandemia e Genocídio**. Como a conjuntura do País afeta o ambiente público e o empresarial. *Estadão - Gestão, Política & Sociedade*. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/fome-coletiva-pandemia-e-genocidio/>>. Acesso em: em 30 de mar. de 2021.
- LONDRINA, PREFEITURA MUNICIPAL. **Lei n. 10.637**, de 24 de dezembro de 2008. Institui as diretrizes do Plano Diretor Participativo do Município de Londrina - PDPML e dá outras providências. Londrina: Câmara Municipal, 2008.
- MARQUES da Costa, E; ANTONELLO, I. T. Urban Planning and Residential Segregation in Brazil-The Failure of the -Special Zone of Social Interest-Instrument in Londrina City (PR). *Sustainability*, v.13, p.13285 - 13304, 2021.
- MARQUES da Costa, E.; ANTONELLO, I. T. Avaliação das Políticas de Ordenamento do Território: uma análise comparativa aplicada entre Portugal e o Brasil. *Soc. Nat*, Uberlândia, MG, v.30, n.1, p.29-52, 2018.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- OLIVEIRA, A. P DA S; DAVI, A. N.; ANTONELLO, I. T. Atores que produzem e moldam o espaço urbano: A autoconstrução como expressão do saber popular na ocupação do Córrego Sem Dúvida em Londrina (Paraná, Brasil). *Geographia Opportuno Tempore*, v. 2, p. 24-42. Londrina, 2020.
- ROLNIK, Raquel. **Segregação urbana aceita na ditadura segue sendo o padrão**. São Paulo, 2021. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/raquel-rolnik-segregacao-urbana-adoptada-na-ditadura-militar-segue-sendo-o-padraonobrasil.html>>. Acesso em: 20 de fev. de 2021.
- SANTOS, B. Os Processos da globalização. In: RIBEIRO, W (Org.) **A globalização e as Ciências Sociais**. Cortez: São Paulo, 2000. p. 25-102.
- SPOSITO, M. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI, A.; CARLOS, A. & SEABRA (Organizadores). **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 83-99.
- THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- VILLAÇA F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. *Revista Estudos Avançados*, v.25, p.37-58, São Paulo, 2011.